

Elide Rugai Bastos, Fernando Abrucio,  
Maria Rita Loureiro e José Marcio Rego

# CONVERSAS COM SOCIÓLOGOS BRASILEIROS

Florestan Fernandes  
Octavio Ianni  
Fernando Henrique Cardoso  
Juarez Brandão Lopes  
Gabriel Cohn  
José de Souza Martins  
Luiz Werneck Vianna  
José Carlos Durand  
Benicio Viero Schmidt  
Sergio Miceli  
Elisa Reis

Brasílio Sallum Jr.  
Reginaldo Prandi  
Renato Ortiz  
Glaucia Villas Bôas  
Maria Arminda N. Arruda  
José Vicente Tavares  
César Barreira  
Ricardo Benzaquen  
Ricardo Abramovay  
Ricardo Antunes



1975. *Sociologia e sociedade*. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Omega.

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931. Formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo em 1952. Doutorou-se em Ciência Política na mesma instituição em 1961 e fez também estudos de pós-graduação na Universidade de Paris. Com o golpe de 64, exilou-se inicialmente no Chile e depois na França. Lecionou na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e na Universidade do Chile. Em Paris, para onde se mudou em 1967, lecionou na Universidade de Paris-Nanterre. De volta ao Brasil, em 1968, conquistou a cátedra de Política da USP e, um ano mais tarde, fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). É membro da Comissão de Alto Nível das Nações Unidas para o Empoderamento Legal dos Pobres, professor *at large* na Universidade de Brown e professor visitante da University of Southern California, além de professor emérito da USP. Foi senador pelo estado de São Paulo, membro fundador do PSDB, e mais tarde ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no governo Itamar Franco. Foi eleito presidente da República por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2003. Esta entrevista foi realizada em janeiro de 2001.

*Vamos começar por sua formação e como chegou às Ciências Sociais.*

Bom, um pouco pela motivação socialista e um pouco por acaso. Como muitos jovens brasileiros, eu lia muita literatura e tinha interesse em fazer um jornal de colégio. Quando estava mais ou menos com dezessete anos, fui passar férias em Lindóia com dois amigos — Célio Benevides de Carvalho, que hoje é procurador da República, e Luís Ventura, um artista plástico. Lá encontrei, no hotel, um senhor que lia sem parar, o que me deixou curioso. Era Nuno Fidelino Figueiredo, um grande historiador da literatura portuguesa e professor da Faculdade de Filosofia. Percebendo minha curiosidade, ele me chamou. Conversamos bastante e ele me disse que eu passasse depois em seu gabinete em São Paulo, que era na avenida São Luís, coisa que fiz.

*A Faculdade de Filosofia não funcionava na Praça da República?*

O Departamento de Literatura ficava num casarão na avenida São Luís. Acho que o de Matemática era lá também. Ele então me abriu os olhos para a Faculdade de Filosofia. Eu tinha tido um professor de Geografia, o professor Roque, que até hoje me escreve de vez em quando e que, na época, estava se formando na Faculdade de Filosofia com os franceses e também falava muito sobre a faculdade. Então eu prestei vestibular para estudar Ciências Sociais. Na verdade eu não sabia muito bem do que se tratava, apenas tinha uma visão de que era uma coisa que abria

a cabeça... [risos]. Passei em segundo lugar no vestibular, a Ruth Cardoso passou em primeiro.

### *Já a conhecia antes?*

Eu a conheci lá. A Radhá Abramo também fez concurso e entrou para Literatura.

### *Quais foram suas primeiras impressões da faculdade?*

Na faculdade as primeiras aulas foram de Economia, sobre teoria do valor, dadas pelo professor José Francisco de Camargo. Ele era assistente do professor francês Paul Hugon, que foi meu professor depois. A teoria do valor era uma coisa muito abstrata. Depois tive Geografia Econômica, Demografia. Havia também um professor de Filosofia, Cunha Andrade, que arrasava os corações e as cabeças das jovens. Era um assistente de Filosofia e nos dava os pré-socráticos. Depois veio o Florestan, que dava as aulas de Introdução à Sociologia. Eu não entendia muito. Para mim foi um grande desencontro entre o que eu esperava e o que encontrei.

### *O Florestan era um grande professor, ou não?*

Não, não, as aulas eram um tijolo, um tijoloço [risos]. Mas mesmo assim ele animava todo mundo. Ele era muito bom, muito competente, tinha vinte e poucos anos e eu dezoito. Mas havia certo desencontro, porque eu tinha interesse por literatura. Todos nós tínhamos certa preocupação com o Brasil, com a política, com a literatura engajada, o ciclo do Nordeste, Jorge Amado, essa coisa toda. E estávamos enfrentando nas aulas a teoria do valor, Florestan com os tupinambás, os pré-socráticos na Filosofia. Tudo para mim era muito abstrato. Aliás, o primeiro trabalho que eu escrevi na faculdade foi sobre Parmênides. Havia um aluno que estava quase no fim da faculdade, Roque Spencer Maciel de Barros, que era bastante bem-informado e me deu as pistas para eu escrever sobre os fragmentos do Parmênides. O professor me deu nota cinco. Eu não gostei e fui pedir explicações. Aí percebi que ele não tinha lido o trabalho [risos]. Assim, no primeiro ano, fiquei um pouco perdido.

No segundo ano, tive aulas com Roger Bastide e Antonio Candido. Este sempre foi excelente professor. Bastide era um professor organizado, sempre dava aulas em francês, nunca em português. Nós líamos autores alemães e franceses. Havia certo desencontro: no curso de Introdução à Filosofia nós tínhamos aulas sobre Kant dadas por um professor francês chamado Martial Gueroult. Ele, na verdade, estava continuando um curso sobre Kant iniciado no ano anterior e dava a bibliografia em alemão. A gente boiava inteiramente. Mas havia um professor-assistente, Lívio Xavier Teixeira, que nos explicava um pouco mais os textos. Naquela época nunca cheguei a entender Kant. Descartes, sim. Era impossível passar pela faculdade sem uma leitura sistemática do grande Descartes. Era uma formação, digamos, clássica européia. Bastide fazia uma coisa mais interessante: procurava nos dar aulas sobre o pensamento contemporâneo e nos fazia ler Bergson, Freud etc. Portanto, nesses primeiros dois anos, nossa formação era quase filosófica. Bastide era muito eclético, ensinava também a psicologia social dos americanos. Em Sociologia, Florestan nos fazia ler Mannheim, Dilthey, algo de Weber, o manual de

Freyer, o livro do Aron sobre a Sociologia alemã, Simmel e muitos outros autores. Descartes e Dilthey eram pilares da nossa formação. Quem dava Durkheim era o Fernando de Azevedo. Qual era a preocupação da Faculdade de Filosofia naquela época? Era definir a Sociologia como ciência, pois era necessário distingui-la da Filosofia. Nós éramos os brinquedos de uma briga cujo sentido não entendíamos muito bem. Fernando de Azevedo era entusiasta de Durkheim e o Florestan, embora o admirasse, não se limitava a ele. Florestan propôs a famosa divisão, cada santo em seu altar: Durkheim, Weber e Marx, cada um sendo útil para um tipo de análise.

### *Os “três porquinhos”?*

Isto foi mais tarde. Eu não entendia muito bem a questão do funcionalismo como método. Florestan o estava aplicando para reconstituir a sociedade tupinambá a partir dos fragmentos históricos deixados pelos viajantes desde o século XVI. Ele fazia a crítica sistemática das fontes, pois era um intelectual rigoroso: cultivava rigor nos textos e rigor na análise empírica. Essa foi a nossa formação: busca por rigor na leitura dos textos e rigor empírico. Florestan havia sofrido influência da Escola Livre de Sociologia e Política.

### *Onde ele fez o mestrado...*

Ele fez o mestrado lá, na época em que havia muita gente de bom nível. Ele chegou a polemizar com Parsons. Florestan tinha boa formação de pesquisa empírica e entendia de etnologia também. Nós também tínhamos curso de Antropologia com Emilio Willems, que havia feito estudos sobre imigrantes alemães do Sul, e com Egon Schaden. Florestan conhecia bastante Antropologia. Nessa época nós líamos muito os antropólogos ingleses. Tanto Florestan como Antonio Candido e Giocconda Mussolini dominavam a bibliografia.

### *E Lévi-Strauss?*

Lévi-Strauss havia passado antes pela faculdade mas só veio a ter influência mais tarde, com o estruturalismo. Ruth, por exemplo, seguiu os cursos dele no Collège de France, mas em 1961. Creio que, antes disso, Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza tinham mais afinidade com as idéias do Lévi-Strauss do que Florestan, que foi quem mais influenciou a mim e à minha geração. Fernando Azevedo dava aulas ao estilo da Faculdade de Direito: bem organizadas, mas não tão cativantes, no sentido de “ciência” que era a nossa paixão. Florestan dava aulas de bata branca e depois, quando nós todos fomos seus assistentes e, mais tarde, professores, também dávamos aula de avental branco, pois éramos “cientistas” [risos]. Então, nossa formação nessa época era em “Ciências Sociais”, não tanto em Ciência Política. Nem se falava isso. Quem dominava na Sociologia eram Florestan e Bastide. Fui assistente dos dois e participei como ajudante da pesquisa deles sobre os negros em São Paulo. Tomei parte também de outra pesquisa, sobre psicologia social, no Juqueri. Maria Isaura Pereira de Queiroz, de quem Bastide gostava muito, e eu preparávamos o material e Bastide fazia os artigos interpretativos.

### *E o nível dos alunos?*

Eram bem poucos alunos: Maria Sylvia de Carvalho Franco, Ruth, eu, Octavio Ianni. Quem mais? Marialice Mencarini Foracchi e mais dois ou três. Ianni parou de estudar e voltou mais tarde, tendo seguido um curso meu. Estes eram meus colegas de curso. Era um grupo pequeno, de umas dez pessoas. Era uma escola de elite. Antes, quando Antonio Candido, Gilda e o próprio Florestan se formaram, tinha sido até mais. Quando entrei lá, em 1949, a escola continuava bastante elitista.

### *O senhor já sentia que o curso ia lhe render alguma coisa?*

Sim, eu me lembro que no segundo ano de faculdade eu fui tomar um café com Florestan na avenida São João, perto dos Correios, e ele me disse que eu devia me preparar para a vida acadêmica, ele me motivou muito. Devo muito a ele, como professor e como amigo. Lembro que ele estimulava a disputa entre todos nós. Mais tarde, o Fernando de Azevedo brigou comigo por causa do Florestan, quando organizei uma coletânea com o Ianni chamada *Homem e sociedade*, que era o curso que eu dava no primeiro ano, de Introdução à Sociologia. O livro vendeu mais de 100 mil exemplares, teve várias edições, e me rendeu forte indisposição com o Fernando de Azevedo porque não havia um texto dele em nossa antologia. Eu gostava do Fernando de Azevedo, não foi por maldade. Mas o clima era esse, de muita disputa. Também Paul Hugon queria que eu fosse seu assistente em Economia, chegou até a me arrumar um emprego na Caixa Econômica. Ele queria que eu fosse economista. Florestan também tinha uma formação econômica razoável e nos obrigava a ler muita Economia. Então a gente se revezava entre a Sociologia, a Antropologia e a Economia. Embora tenha feito um curso de especialização em Antropologia, nunca fui muito afim com a matéria. Gostava mesmo era de Economia, de Sociologia e também um pouco de Filosofia. Nossa formação era bastante diversificada.

### *E sem ter atividade extra-acadêmica?*

Não, não, enquanto aluno eu nunca tive.

### *Nem política?*

Não, não.

### *E as poesias?*

Ah, já tinha desistido, isso foi coisa de final de adolescência. A gente ficava o tempo todo estudando. Era uma vida muito fechada. Quando eu estava no terceiro ano da faculdade, Florestan me indicou para trabalhar na Faculdade de Economia com o professor Mário Wagner Vieira da Cunha, que era professor catedrático de Ciências da Administração.

A Faculdade de Economia ficava ao lado da Filosofia, que tinha mudado da Praça da República para a rua Maria Antonia. O pátio era comum, o restaurante era o mesmo. Então eu fui trabalhar com a Lucila Hermann no Instituto de Administração. Ela fazia e me ensinava a fazer pesquisas em Sociologia, sobre trabalhadores, sobre a indústria têxtil. Eu e a Maria Sylvia. Passei algum tempo pesquisando

no local onde foi a Prefeitura de São Paulo, o Palácio das Indústrias, no qual havia os arquivos da lei dos dois terços (a relação com os nomes dos trabalhadores e sua nacionalidade, pois as fábricas eram obrigadas a ter 2/3 de brasileiros). O Maurício Segall, que era assistente do Mário Wagner na Faculdade de Economia, era meu amigo e meu superior hierárquico. Quando já estava no quarto ano da Faculdade de Filosofia, Mário Wagner me chamou e disse que ele tinha me indicado à Alice Canabrava para ser seu assistente. Naquele tempo havia certa hierarquia: primeiro o professor catedrático, depois vinha o primeiro assistente, o segundo, às vezes havia o terceiro e os auxiliares de ensino. Eles me nomearam primeiro assistente sem eu ter terminado o curso da Faculdade de Filosofia. O reitor da Universidade de São Paulo baixou a portaria autorizando e fui ser assistente da Alice, que era uma grande historiadora, uma pessoa que fazia muita pesquisa histórica e tinha uma visão muito ampla.

### *Alice era uma grande orientadora?*

Uma grande orientadora. Nessa época, próxima ao quarto centenário da cidade de São Paulo, em 1954, ela fazia um levantamento sobre a questão do abastecimento da cidade. Ela me deu fundamentalmente duas tarefas: uma era ler as atas da Câmara dos Vereadores de São Paulo, nos arquivos que ficavam no prédio em que funcionou o DOPS e hoje está a Pinacoteca. A outra, dar o curso de História Econômica da Europa, matéria que eu pouco sabia. O José Albertino Rodrigues foi assistente dela e, mais tarde, o Fernando Novais. Mas ela brigava muito e brigou comigo também. Ela queria que trabalhássemos, digamos, num regime militar, com horário de entrar, de sair. Eu trabalhava muito. Quando fui mandado pelo Mário Wagner para o Instituto de Administração para trabalhar com a Lucila Hermann, o Florestan ficou desconfiado, falou que queria que eu voltasse para a Faculdade de Filosofia, pois o Mário Wagner queria que eu fosse para os Estados Unidos e o Florestan era contra.

### *Por que ele era contra?*

Ele nunca havia saído do Brasil. Só mais tarde é que ele ficou mais universal.

### *O que o senhor lecionou na Faculdade de Economia?*

Bem, mandaram-me ensinar, como disse, História Econômica da Europa. A Alice me deu uns livros em inglês. Como meu inglês era deficiente, tive que me debruçar neles e apanhar muito para poder ler aqueles livros de história econômica da Europa.

### *Foi seu primeiro curso?*

Foi. Não sei exatamente em que ano foi isso, deve ter sido em 1952 ou 1953. Eu tinha 21 anos quando fui nomeado assistente. Lembro de ter assistido a tese de doutoramento do Delfim Netto sobre o café. Na Faculdade de Economia segui os cursos de Dorival Teixeira Vieira sobre análise econômica. Sempre tive certa facilidade para dar aula embora nunca me considerasse um bom professor, pois não tenho paciência. Eu vejo a Ruth, que é uma ótima professora, ela se dedica, dá aten-

ção ao aluno, critica as teses com seriedade. Já eu acho que o aluno quer ouvir o que já sabe. Se você começa a inovar, ele não gosta. A idéia de que os mais jovens gostam de novidade é mentira, o pessoal quer ouvir o que já sabe [risos]. Eu sempre fui mais pesquisador, intelectual, do que professor. Embora seja bom expositor. Então, na Faculdade de Economia eu me desdobrei e dei o curso. Depois a Alice se desentendeu comigo, eu saí da Economia e fui trabalhar na Secretaria do Trabalho, por um tempo curto. Ruth, Eduardo Tess e outras pessoas já trabalhavam lá e ganhavam o que nós professores considerávamos salários altíssimos. Eles fizeram a primeira pesquisa sobre desemprego no Brasil, sob a direção da Celeste Andrade. Como eu próprio estava sem emprego, fui coordenar o levantamento de campo da pesquisa sobre força de trabalho. Foi a primeira pesquisa com certa abrangência nessa área. Nesse meio tempo, Florestan arranhou com Bastide para eu voltar para a Faculdade de Filosofia, como auxiliar de ensino. De primeiro assistente passei a ser auxiliar de ensino [risos].

### *Decaiu?*

Decaí com o Bastide.

### *Mas aí a cana não era brava?*

Aí a “cana não era brava” [risos]. Trabalhei um bom tempo com o Bastide, enquanto ele esteve no Brasil. Nesse período, cheguei a substituir o Antonio Candido no seu curso de métodos de pesquisa para que terminasse a tese. Por isso me agradece na introdução do livro *Os parceiros do rio Bonito*.

### *Feito na Fazenda do Edgard Carone?*

Sim, em Bofete (SP). Gilda era a primeira assistente do Bastide. Maria Isaura e eu éramos auxiliares de ensino. Bastide era um intelectual muito interessante e prestou uma contribuição enorme ao Brasil. Tinha boa visão e fez trabalhos interessantes sobre religiões negras. No ano passado ou retrasado, escrevi o prefácio de um livro do Bastide, publicado na França, sobre o candomblé. Reli os trabalhos dele, nos quais ele mostra haver no candomblé uma dialética sem superação, em que o bem e o mal convivem sem contradição. Nos anos 70 houve a invasão do marxismo vulgar nas Ciências Sociais, em uma verdadeira obsessão pela luta de classes, como se tudo se resumisse a ela.

### *A qualidade média da formação caiu.*

Caiu muito. Era um marxismo muito vulgar, mas o Bastide não o praticava. Ele tinha sofisticação interpretativa. Era, aliás, um dos raros sociólogos franceses não durkheimianos, tinha formação religiosa protestante. Ele também nos dava cursos sobre métodos de pesquisa, coisa complicada com a qual nós não sabíamos lidar. Quando fui assistente dele, como disse, dei um curso de métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa durante um ano. Tive que ler alguma bibliografia dos americanos. Nesse tempo fazíamos a pesquisa sobre os negros dirigida pelo Florestan e por Bastide.

### *Foi um marco?*

Foi um marco. O papel do Florestan foi muito importante, pois nós todos aprendemos a pesquisar naquele trabalho sobre os negros. A idéia do Florestan era transformar São Paulo em um laboratório para a análise sociológica, como o Robert Park, o Louis Wirth e outros haviam feito em Chicago. Em nosso grupo havia um pesquisador interessante, que se casou com a Maria Sylvia de Carvalho Franco, o Renato Jardim Moreira. Quando deixou o ensino na Faculdade, foi trabalhar na Shell como pesquisador. Antes disso, ele participou das pesquisas sobre os negros no Sul comigo e com o Ianni. Hoje não sei onde anda. Renato tinha mais valor do que foi dado a ele. Ele era uma pessoa menos verbal do que nós, mas mais competente em matéria técnica. Quando terminou essa fase, Bastide foi embora para a França e Florestan, que o substituiu na cátedra, passou a constituir o grupo dele. Para a minha surpresa, me nomeou primeiro assistente. E talvez para meu martírio, porque meus colegas ficaram enciumados. Renato foi nomeado segundo assistente. E era mais velho. Se o Florestan fosse político como eu, teria nomeado o Renato no meu lugar [risos]. E eu não iria reclamar porque não tinha essa expectativa. Renato, sujeito correto, também não reclamou, mas criou-se aquele clima. Florestan tinha isso, ele gostava da competição. Devemos lembrar que ele teve uma trajetória de mobilidade social, sempre conseguindo as coisas com mais dificuldade.

### *Na dureza?*

Eu sou pouco apto para julgar, porque para mim a vida foi mais fácil. Quando dizem que desde aquela época eu sonhava em ser presidente, é mentira [risos]. Eu nunca pensei em ser presidente da República, mas não tinha dúvidas de que exerceria posições de projeção.

### *Como sua família viu sua entrada no curso de Ciências Sociais?*

Meu pai era uma pessoa muito liberal, de cabeça muito aberta. Era militar, mas também advogado. Nesse tempo, ele advogava em São Paulo e tinha participação política muito mais forte do que eu. Tinha formação eclética, chegou a fazer alguns anos de Medicina e gostava de literatura. Até hoje tenho seus livros de língua francesa na biblioteca.

### *E o seu relacionamento com ele era bom?*

Tínhamos grande diferença de idade porque ele se casou com mais de quarenta anos, mas era uma pessoa muito liberal e que achava interessante a vida intelectual. Ele escrevia em jornal e participou das revoluções de 1922, 1924 e 1930. Ele gostou muito quando fui trabalhar com Mário Wagner porque se interessava por administração. Então nunca houve resistência na minha família ao curso de Ciências Sociais, nem nenhuma expectativa específica sobre meu futuro. Se fosse para ter expectativa, eu seria militar. A vida intelectual sempre foi muito valorizada em minha casa, minha irmã também fez Filosofia, casou-se com Roberto Cardoso de Oliveira que é antropólogo, foi professor da Unicamp e leciona na Universidade de Brasília. Eles foram colegas de turma do José Arthur Giannotti.

*E o senhor estava tranqüilo quanto à opção feita? Em nenhum momento a questionou?*

Estava tranqüilo. Eu queria que a vida acadêmica fosse minha atividade principal. Nunca tive outra perspectiva. Na verdade, nunca me interessei por outra coisa. Anos mais tarde, quando já era professor assistente, fui parar no Conselho Universitário da USP, como representante dos antigos alunos. Aí já havia politização, pois fui eleito numa aliança com a Faculdade de Economia e com a de Medicina. Eu vinha pela esquerda, era contra a “bucha”, uma organização secreta, fundada no século XIX e que ainda tinha influência residual entre os mais conservadores saídos da Faculdade de Direito e nós ganhamos. Quando alguém diz que sou ruim de voto, lembro que desde muito tempo ganho eleição [risos]. Então fui para a Reitoria, onde quem mandava naquela época eram os professores Camargo, da Poli, Honório Monteiro, da Faculdade de Direito que tinha sido ministro do Trabalho do Dutra, e Zeferino Vaz. Eles ficaram um pouco surpresos comigo porque eu era afável, sabia reverenciar os mais velhos, essa coisa toda. Um dia descobriram que meu pai era deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o presidente do Banco do Brasil era meu tio, o prefeito do Rio e o ministro da Guerra eram meus primos, ninguém sabia disso em São Paulo, nunca, ninguém sabia [risos]. Isso durante o governo de Getúlio Vargas e também do Juscelino.

*E pensaram: “Esse menino é forte!”*

É, eles descobriram que eu tinha “poder na República” [risos]. E me levaram ao Rio porque tinham que liberar uma verba. Não preciso entrar em detalhes. Quando cheguei ao Rio, guiava um carro imenso de um tio meu. Sendo um rapaz considerado “comunista”, nunca usei nada disso, nem tive nenhuma mordomia, mesmo quando meu pai foi deputado. Fui à Câmara talvez uma ou duas vezes no máximo. Nunca fui a Ministério algum. Nunca tive proximidade com o governo. Em São Paulo, nunca usei isso, meus colegas nem sabiam de meus parentes. Minha vida era restritamente acadêmica.

*Mas no Conselho Universitário o senhor percebeu que tinha talento para a coisa?*

Eu resolvi fazer um Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o Cedit, com o Florestan. Arranjei recursos com o Fernando Gasparian, que era meu amigo e cuja mulher, Dalva, tinha sido colega da Ruth no colégio em São Paulo. Fernando foi nomeado pelo Jango interventor na Confederação Nacional das Indústrias, a CNI. Assim, arranjei uma verba para fazer a pesquisa. Arranjar dinheiro do setor empresarial para fazer pesquisa na universidade era algo heterodoxo. Mas o dinheiro foi dado ao Cedit. Eu tinha muito cuidado para o Florestan não imaginar que eu quisesse ameaçar o poder dele.

Nessa época, estávamos começando a fazer pesquisa e ampliávamos o grupo. O Leôncio Martins Rodrigues, que tinha sido aluno da Ruth no curso secundário, no Colégio Fernão Dias Paes Leme em São Paulo, juntou-se a nós. Vieram Gabriel Cohn, José de Souza Martins, Marialice Foracchi.

### *Foi quando vocês mudaram de tema de pesquisa...*

Sim, quando fizemos o Centro de Pesquisa em Sociologia Industrial e do Trabalho nós saímos da temática do negro para a temática dos empresários, do Estado, do desenvolvimento etc.

### *Quem, dos assistentes, defende a tese primeiro?*

Fui eu. Fizemos pesquisa no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina, em conjunto. Eu defendi a tese (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*) em 1960. Nessa época, nós já tínhamos passado pelo seminário do Marx.

### *O seminário Marx é uma coisa importante?*

Muito importante, isso foi na segunda metade dos anos 50. A idéia inicial foi do Giannotti. Nós estávamos na praia no Rio de Janeiro — eu ia com muita frequência ao Rio nas férias. Giannotti, Ruth, Roberto Cardoso, meu cunhado, e talvez o Darcy Ribeiro, que morava no subúrbio e vinha para a casa do meu pai no Arpoador, íamos todos juntos à praia. Darcy era mais velho do que eu, nossa amizade foi feita através do meu cunhado que trabalhou com ele no Museu do Índio no Rio de Janeiro. Darcy gostava muito de meus pais e nós dele e da Bertha, sua primeira mulher.

Bem, retomando a estória do seminário, Giannotti voltava naquele momento da França entusiasmado com a idéia de análise estrutural de texto, influenciado por um de seus professores franceses, chamado Goldmann, eu creio. Então, ele nos propôs e começamos a fazer o seminário do Marx. Roberto Schwarz conta essa história toda, não preciso falar de novo.

### *Mas é importante contar dada a importância que o seminário do Marx acabou tendo para vocês.*

Ele teve importância porque minha formação incluía a leitura de Mannheim, de Durkheim, de Weber e dos textos que o Bastide introduzira. Mas nossa visão básica provinha do funcionalismo (Talcott Parsons e Robert Merton), a bíblia do Florestan naquela época. Eu tinha tido participação política nos anos 1951, 1952, na revista Fundamentos, ligada ao Partido Comunista, com Caio Prado Jr. e Fernando Pedreira que era casado com a Renina Katz. Veja como faz muito tempo, pois esses dois são padrinhos do meu filho mais velho, Paulo, que vai fazer 52 anos. Elias Chaves Neto era realmente quem tocava a revista *Fundamentos*, uma revista cultural, de alguma forma influenciada pelo Partido Comunista. Marx, para nós, era uma referência vaga, não era livro de texto da faculdade.

### *O senhor já tinha lido alguma coisa?*

Sim, porque o Florestan já tinha feito a tradução, não sei de qual idioma, da *Crítica da Economia Política*. Ele sofrera uma influência trotskista, através do Hermínio Sacchetta, mas nunca foi militante. Os amigos de orientação trotskista o consideravam próximo, mas que eu saiba, ele nunca foi membro dessa corrente. Florestan nunca foi quadro político e nem eu. Ele nos ensinava Marx como uma das abordagens para se analisar os processos de mudança de longo prazo. Para história so-

cial de longo prazo se aplicaria Marx, mas se fôssemos analisar um processo “coetâneo”, como ele dizia, ou seja, que ocorresse no mesmo momento, o método funcionalista seria o mais indicado. Se quiséssemos analisar regularidades supra-históricas, o indicado era Durkheim. Em suma, eu não conhecia Marx, nem isto era requisito para ser “de esquerda”.

Fazendo um parêntese, eu me lembro que Paulo Emílio Salles Gomes havia chegado no Brasil e eu, Fernando Pedreira e Agenor Barreto Parente, fomos à casa dele, um apartamento em Higienópolis. Ele nos disse, estarecido: “Mas só agora vocês descobriram isso?”, ou seja, os horrores do stalinismo [*risos*]. Ele tinha rompido com o Partido Comunista no final dos anos 30. Na verdade, a desilusão com o mundo comunista ocorria por ondas nas gerações de intelectuais. O ciclo de uma nova geração se entusiasma utopicamente, depois vem a desilusão. Agora talvez não haja mais essas ilusões, mas no passado elas eram fortes. Então, quando nós fizemos o seminário do Marx, já tínhamos passado por essa desilusão, e não tínhamos nenhuma ligação política.

### *A ligação era teórica?*

Era teórica, embora nossa sensibilidade fosse realmente de esquerda, mas não era com o comunismo, com a União Soviética, com o Partido. As pessoas que participaram desse seminário eram de formação muito variada, militante mesmo tinha sido o Paul Singer, mas nunca foi comunista, foi socialista.

### *Quem era o núcleo duro?*

O núcleo duro era composto pelo Giannotti, Fernando Novais, Ruth, Ianni, Paul Singer e eu.

### *Sebastião Advíncula?*

Sebastião entrou numa fase posterior. Juarez Brandão Lopes entrou em outra. Depois eu fui embora do Brasil e eles continuaram.

### *Bento Prado Jr.?*

Mas o Bento não foi do núcleo duro, ele entrou e saiu. Roberto Schwarz, Michael Löwy, que depois virou famoso na Europa e foi meu aluno, também participaram. Aliás, muitos deles, como o Roberto, foram meus alunos. Quer dizer, o seminário foi quase uma pós-graduação. Qual era seu sentido? Primeiro quem dava o tom acadêmico e de rigor era o Giannotti. Cada um lia numa língua diferente, ao mesmo tempo, para cotejar, mas não era por espírito de religião política, era por religião acadêmica, rigor acadêmico. Eram discussões infundáveis, cada um com sua especialidade: um era historiador, outro antropólogo, outro economista, outro sociólogo, outros tinham vivência política, outros tinham uma vocação literária ou filosófica. Era como se fosse um *college* inglês: havia a convivência intelectual e depois o jantar. A convivência nos tornou muito próximos e teve uma influência direta na elaboração das nossas teses de doutoramento, em todos nós, inclusive na do Giannotti.

*Se não houvesse o seminário do Capital sua tese teria ido para outro rumo, mais funcionalista?*

Certamente. Florestan não quis aceitar a versão quase final de minha tese. Naque-la época ele não era só meu mentor intelectual, mas também meu vizinho. Nós morávamos na mesma rua Nebraska, no Brooklin. Eu mudara para a casa que tinha sido do meu pai, que foi para o Rio, depois de eleito deputado em 1954. Eu tinha telefone, coisa rara naquele tempo. Então, Florestan ia todos os dias a minha casa para telefonar e ficava lá. Bem, quando o Florestan leu a tese, o prefácio, que era pedante e fazia muita crítica ao funcionalismo, disse-me que não aceitava o texto. Eu pensei: “Então vou defender a tese com o Lourival Gomes Machado”, catedrático de Política, com quem eu me dava bem e que Florestan não considerava academicamente sólido. Eu lhe disse que ia falar com o Lourival e foi “um pega pra capar”. Eu estava com sarampo. O Florestan não respeitava essas coisas, com sarampo ou sem sarampo, ele disse que aquilo seria inaceitável. Florestan não gostava do seminário de Marx.

*Ele não quis participar?*

Não. Nós também não queríamos. Era um conflito de geração, afirmação de geração. O seminário significava nossa emancipação intelectual. Também por isso Florestan tinha uma implicância com o tal seminário. Uma vez, ele nos disse: “Vocês estão voltando ao ensaísmo, com Lukács, Sartre. Isso é um retrocesso”, que ele não aceitava, pois constituiria um perigo para o desenvolvimento da Sociologia como ciência empírica.

Assim, a versão do prefácio (ou introdução, não me lembro) que está publicada no livro, não foi a versão original. Eu amenizei as críticas ao funcionalismo que Florestan considerou inaceitáveis. Achou que eram críticas a ele.

*Já tinha tido os embates do Guerreiro Ramos contra ele?*

Ah, sim.

*Então já era a segunda bordoadada na época?*

Nós tínhamos uma visão sobre Guerreiro Ramos e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros muito depreciativa, porque em nossa cabeça nós éramos, efetivamente, os “cientistas” [risos].

*E eles faziam política?*

Eles faziam política.

*Vinculados ao governo?*

Vinculados ao governo e isso era inaceitável. Nós queríamos estar em uma pequena cidade alemã, vivendo isoladamente, lendo em alemão (que, diga-se, apesar de eu haver estudado durante cinco anos, nunca dominei sequer para ler), discutindo os conceitos que explicariam a História. Para Giannotti, por exemplo, tudo derivava do conceito, o conceito de capital, o conceito do trabalho. Para nós, sociólogos, a discussão conceitual não é tão decisiva assim, há sempre a preocupação com

as referências à “realidade”. Mas, para voltar a sua pergunta, de fato, se não tivesse havido o seminário, eu escreveria de modo diferente o livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Bastide publicou uma resenha nos *Cahiers de Sociologie* dizendo “esse livro não podia ter sido escrito na Europa”, pois lá não se misturaria Weber, Marx e Sartre. É uma abordagem muito eclética.

### *O senhor sabia quais eram os conceitos?*

Sabia, ou pensava saber, quais eram os conceitos a serem aplicados para entender nossa evolução histórica. Os intelectuais de orientação mais comunista ainda ficavam nas teses do feudalismo, latifúndio, traços dos feudalismos, resquícios do feudalismo, como pano de fundo da história brasileira. Para nós era muito difícil aceitar essas posições. O quadro conceitual do qual nós provínhamos, no seminário de Marx, levava-nos a criticar a visão simplista da transposição das “etapas” do capitalismo para entender o desenvolvimento do capitalismo mercantil que se desenvolvia nas Américas, baseado na escravidão. Mesmo antes, com a leitura de Mannheim, já dava para entender nossa evolução histórica sem recorrer ao funcionalismo, mas também sem cair no mecanicismo do marxismo vulgar. A esquerda tradicional não entendia o que estava acontecendo. Touraine, que nos deu aulas em 1959 e em 1960, tinha uma outra visão. Ele vinha da França e dizia: “Não dá para estudar a classe operária brasileira como se fosse a classe operária francesa”. Por que gosto do livro do Tocqueville? Porque Tocqueville viu que a América não era a Europa, que havia outro princípio fundamental nessa sociedade e tentou entendê-la a partir de Montesquieu — de quem gosto muito também. A “natureza” da sociedade americana, comparada com a européia, é outra. Nela haveria outro “espírito das leis”. Na América, era necessário estudar a religião, a coesão, o espírito comunitário, e não a existência de hierarquias, como na sociedade européia. Tocqueville não vê a América como réplica da Europa. Mas é preciso complementar essa ponderação com a análise de Marx. Há determinantes que são gerais; outros são específicos. O que conta para se entender a realidade não é o geral, é o específico, ou melhor, a relação entre um e outro. Veja na teoria da dependência, do desenvolvimento dependente: de um lado há o capital financeiro, o industrial, que se espalham pela periferia e respondem à dinâmica geral do capital. Isso tudo é verdade. Mas eles se configuram de uma forma diferente em cada tipo de sociedade nacional naquilo que Prebisch chamava de “periferia”. Uma coisa é o enclave, outra é o produtor nacional, e outra ainda é quando vem um estrangeiro e investe aqui.

### *Não teríamos a teoria da dependência sem o livro Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, não é?*

Não. Nem sem o *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.

### *Alguns de seus críticos não entendem isso porque não lêem o Capitalismo e escravidão?*

Não lêem. E acham que eu estou naquela de “esqueçam o que escrevi”. Jamais diria uma besteira dessas. O que vale é o que eu estou lhe dizendo agora. As análises

ses que fiz foram inspiradas no movimento de entender o jogo entre o geral e o particular, como eles se estruturam. Como há rupturas na História, como se inova, como ocorrem mudanças. Nunca estive interessado na continuidade. O que me interessa é a mudança. Não aceito essa visão mecânica — o desenvolvimento do subdesenvolvimento — que é a idéia de que vamos ser sempre subdesenvolvidos. Eu escrevi um artigo no Chile com o José Luiz Reyna (que foi meu aluno e agora é embaixador do México no Brasil) em que fazemos uma análise de estruturas de emprego, comparando a Europa com os Estados Unidos e a América Latina. Não é um artigo de grande importância, mas nele comentamos a tese que, naquela época, estava em moda no Chile, a tese do catastrofismo. No Brasil estavam na tese do estancamento. Estagnação, catastrofismo, só a revolução nos salvaria.

### *O próprio Celso Furtado?*

O próprio Celso, Helio Jaguaribe, Theotônio dos Santos, todo mundo estava nisso e eu estava noutra. Ao contrário do que as pessoas dizem hoje, que eu não acredito mais no que escrevi, o livro *Dependência e desenvolvimento* defendia o oposto do mecanicismo ao qual se deu nome de “teoria da dependência” e ao qual nunca estive ligado. Cobram agora que eu seja coerente com o que não acreditava no passado... O que eu dizia e escrevia criticava a Comissão Econômica para a América Latina e a esquerda tradicional. Eu dizia: “Vocês estão enganados, não é verdade que não exista o desenvolvimento possível na periferia; vai haver, está havendo”.

### *Só que ele é dependente e associado?*

É dependente e associado, mas é desenvolvimento e muda a estrutura da sociedade. Em segundo lugar, não é verdade que o caminho seja sempre o mesmo, pode haver variações. Não estamos condenados à repetição do mesmo, do atraso. O resultado depende da política que se defina. Aliás, na dialética entre o interno e o externo, o interno é o decisivo, não o externo. A mudança da sociedade se faz pelo interno e não pelo externo.

### *Só é possível perceber isso em uma análise sociológica crítica do economicismo. Por isso o subtítulo é “Um ensaio da interpretação sociológica”.*

Exatamente. Sabe como é que se deu aquele ensaio? O que era aquele ensaio? Eu cheguei ao Chile no dia primeiro de maio de 1964, saindo de Buenos Aires. O Francisco Weffort, que já estava trabalhando na Cepal, me esperava no aeroporto, junto com o André Gunder Frank, esse sim, um dos “pais” da dependência eterna (embora no fim da vida tenha se tornado mais sutil nas análises). Fui sozinho porque a família tinha ficado aqui, eu tinha saído correndo. Ao chegar lá, fiquei na mesma casa em que morei, depois, com o Celso Furtado, o Weffort e o Wilson Cantoni, que era um amigo nosso, professor de São José do Rio Pardo. Cantoni era anterior a mim na faculdade; não terá produzido grande obra escrita, mas era uma grande cabeça. Fazia um frio danado e não se ligava aquecimento, pois o Celso, o Weffort e eu somos reconhecidamente pão-duros [risos]. Ficamos muito bem ali convivendo com o Celso. Houve duas coisas que me influenciaram. A primeira foi

um seminário do qual participei, com consultores e com o estado maior do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (órgão ligado à Cepal). Tratava-se de fazer uma reflexão sobre as análises da Cepal, uma coisa muito interessante. O Weffort deve ter assistido também a esse seminário. Foi muito interessante ver o debate entre eles com a participação de Raúl Prebisch, que dirigia as sessões. O Celso era uma pessoa muito sólida, um intelectual bem estruturado, falava direito, pouco, só nos momentos adequados. Aníbal Pinto ainda não havia retornado ao Chile, estava no Brasil. Quando regressou, me pressionou para que nos juntássemos de novo e resolvemos refazer, no Chile, um seminário sobre a história das idéias. Participavam o Weffort, o Almino Affonso e o Plínio Sampaio, enfim, pessoas que pensavam as questões políticas e sociais do Brasil. Mais tarde, a Maria Conceição Tavares e o cineasta Leon Hirszman, bem como o José Serra, juntaram-se às discussões. A segunda coisa que me influenciou é que eu fui dar aulas na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales e na Faculdade de Economia do Chile, trabalhos que fazia de graça para não perder o contato com a vida acadêmica. Pouco tempo depois, Don José Medina Echavarría, o grande sociólogo espanhol que dirigia a divisão de estudos sociais do Ilpes, me botou como diretor adjunto e, na prática, me entregou o comando das coisas. José Medina ficava lendo, escrevendo, um grande homem, um grande intelectual, uma pessoa com quem dava prazer conviver. Tinha uma cultura germânica sólida, era conhecedor profundo de Weber, teve um papel crítico muito grande na Cepal, para onde fora levado por Celso Furtado, que conhecera no México.

*É impressionante o papel desses espanhóis na América Latina e no México também.*

Também, também... Toda a literatura alemã que nós líamos — Weber, Mannheim, Marx — foi tradução feita por eles para o *Fondo de Cultura Económica*. Então nós começamos a repensar a temática do desenvolvimento. Eu, como disse, dava aulas na Escola de Economia do Chile. A mulher do Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, foi minha assistente. Theotônio trabalhava num centro de pesquisas chamado CESU. E, na Cepal, estavam o Medina Echavarría, Enzo Faletto, Adolfo Gurrieri, o Adalberto Torres Riva, o Weffort e mais tarde o Vilmar Faria. Eu dava aulas na Flacso também. Foi nessas aulas e nas da Faculdade de Economia que comecei a desenvolver as idéias que vieram a dar no livro *Desenvolvimento e dependência na América Latina*. Em 1966 tinha havido um congresso mundial de Sociologia na França. Os diretores do Ilpes, que como parte da Cepal era uma burocracia, tinham medo de falar em nomes de partidos políticos, citar pessoas ou países, para não ofendê-los. Mas Medina não, Medina tinha outra cabeça e fizemos — eu, Enzo, Weffort — um documento com muita liberdade para o tal congresso. Cada um tomou um tema: um sobre cidades, outro sobre empresários, outro sobre Estado, mas não nos deixaram ir em frente. Não podíamos comprometer a Cepal. Apesar disso, continuamos a estudar os temas sociológicos, sobre os agentes sociais das mudanças, quem seriam os novos atores sociais etc. E fomos montando o quebra-cabeça da dependência e desenvolvimento. O primeiro texto que resultou disso foi um relatório, uma interpretação sociológica, uma crítica so-

ciológica, feito por mim e pelo Enzo Faletto, que já era um esboço do que, no futuro, seria o livro. Era uma crítica aberta. O que estávamos criticando? Nós estávamos criticando várias coisas simultaneamente, mas basicamente o enfoque puramente econômico das questões do desenvolvimento. O relatório deve ter sido escrito em 1966. No final de 1967, virou o livro, que não foi publicado. A direção do Ilpes não quis publicar o relatório sob a forma de livro alegando que era, na verdade, um informe interno dirigido a Prebisch. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado.

### *Mas por que não deixaram?*

Porque eles tinham medo, pois era um livro de crítica, falava de pessoas, de países, e um texto da Cepal é um texto da ONU, deve ser comedido.

### *Enzo comenta que o Aníbal Pinto dizia que “com o termo dependência vocês vão ter dor de cabeça”...*

Eu lembro disso. O Aníbal tinha horror ao André Gunder Frank. “Vocês vão fazer outro Frankenstein”, dizia ele, com razão. Mas nossa análise não tinha nada a ver com a visão do Frank, nem com a do Rui Mauro Marini.

### *Eram muito mecanicistas?*

Muito, mas Aníbal tinha razão porque todo mundo leu o nosso livro à luz do mecanicismo da “teoria da dependência”, proposta pelos outros.

### *A que foi atribuído o sucesso do livro?*

Só não foi maior porque na mesma época saiu o livro do Guevara e do Debray, *A revolução na Revolução*. O livro do Guevara é oposto ao nosso.

### *A que o senhor atribui isso?*

O sucesso não vem da qualidade, o sucesso vem da incompreensão, porque o pessoal leu o texto ideologicamente, como se fosse um grito latino-americanista contra a dependência.

### *Fazendo a comparação com a história do pensamento social brasileiro, alguns autores, como Raimundo Faoro e Gilberto Freyre, dão primazia à continuidade, em seu caso a primazia é dada ao que se modifica. Isso é muito ruim para aqueles que vêem a continuidade. E assim também com as idéias.*

Claro, disse isso um milhão de vezes, não sou eu que estou mudando, a vida está mudando, o conceito sociológico deve ser historicamente saturado. A história muda, o conceito tem que mudar, não fazemos ciência natural. Bom, o livro foi publicado quando eu morava na França. Foi publicado no México, pela editora Siglo XXI. Ele nunca seria publicado pela Cepal. Quando li o livro do Guevara fiquei furioso porque percebi que nosso livro *Dependência e desenvolvimento* estava sendo lido em grande parte sob a ótica do André Gunder Frank e do Guevara. Também por isso ficou popular, mas por incompreensão. Os países nos quais Guevara

dizia que não haveria revolução — o Uruguai, a Argentina e o Chile — foi onde houve tentativas: os tupamaros, os montoneros e todos os grupos do tempo do Al-lende. Guevara errou muito na análise, ele achava que os exércitos dos países latino-americanos seriam repudiados pelo povo porque eram exército de ocupação, não é? Esqueceu-se dos outros condicionantes do nacionalismo.

*O livro se beneficiou da autocrítica cepalina do economicismo para, então, ficar realmente interessante?*

Claro, isso aí. Nós estávamos contra a visão economicista e isso ficou claro para mim desde o seminário de avaliação da Cepal a que já me referi. O livro diz que o poder é importante. A política é construção, é opção, é o novo. Nada pode resumir-se ao mercado, à economia.

*E se não entendermos os arranjos de classe?*

Claro, não se esqueçam de que a sociedade tem estruturas, tem classes, mas não são as mesmas de sempre, nem se comportam segundo uma pauta a-histórica. É preciso analisar em conjunto as mudanças na economia, na sociedade e na cultura. Assim, o livro contém uma crítica metodológica ao economicismo da Cepal.

*Celso Furtado tem uma grandeza, uma honestidade intelectual de registrar que vocês avançaram...*

Ele diz isso. Ele diz que nós avançamos. Isso está no livro *Conversas com economistas brasileiros*. Agora, por outro lado, nós criticávamos também a visão da esquerda que criticava a Cepal. A visão dessa esquerda era a da estagnação econômica e a Conceição Tavares era a profeta. Mas, aí vinha minha leitura de Marx, o capitalismo não está acabando, a crise é cíclica, a abundância vai voltar.

*Presidente, o senhor chega em maio de 1964 no Chile e, rapidamente, vira diretor adjunto...*

Rapidamente. Eu conquistei o Medina Echavarría, o Aníbal Pinto, o Prebisch.

*E depois dizem que o senhor já não era político na época...*

[Risos] Mas ali eu fui intelectual. Eu não entendia muito de burocracia, nunca dei muita bola para isso, mas eu subi muito, muito rápido.

*Isso é uma experiência importante também para o plano intelectual e o plano político, quer dizer, conhecer os meandros organizacionais?*

Foi muito importante conhecer a ONU etc. Mas, quando o Touraine me escreveu uma carta, em 1967, dizendo que iam me convidar para dar aulas na nova faculdade que eles estavam criando na Université Paris-X, em Nanterre, eu não hesitei. Disse a Medina que iria para a França. Ele me respondeu: “Olha, pense bem, esse mundo novo que está aí é um mundo de grandes organizações, burocracias. Aqui você está protegido para toda a vida, a ONU é uma burocracia importante, você tem tudo assegurado”. Ele gostava muito de mim e eu dele e do Enzo. Aliás, Enzo era realmente o preferido. A tal ponto que Medina pegou nosso livro e corrigiu não

só o castelhano, mas as interpretações. Nós discutíamos o livro com ele página a página e ele fazia correções, pois eu escrevi a maior parte dos capítulos com meu espanhol de brasileiro.

### *Deu pena deixar o Chile, não?*

Dom José Medina teve uma experiência trágica. Era embaixador na Polônia e não pôde voltar para a Espanha. Acho que saiu da Polônia fugindo para a Suécia, foi parar em Porto Rico, de lá foi levado para o México e do México para o Chile. Fazia trinta anos que não voltava à Espanha. Tinha a visão de um exilado tradicional, sentia nostalgia, mas queria segurança. Eu nunca pensei muito nesses termos, talvez porque tenha nascido numa classe segura, apesar de haver levado uma bordoadada com o exílio. Para mim, foi muito chocante ter que sair do Brasil, porque essa terra é minha terra há muitas gerações. Minha família tem raízes aqui, exerceu certo mando, não sempre, mas tem posição estabelecida. De repente vem “um terremoto”, você pega um avião, some e não pode voltar. É complicada a experiência de desenraizar-se.

### *Desarraigado?*

Desarraigado... Eu sou o oposto do desarraigado, o sentimento de Brasil está tão dentro de mim que me sinto profundamente arraigado.

### *Fica à vontade em qualquer lugar?*

Eu não tenho esse problema de raízes; eu sou brasileiro, isso em mim é muito forte, em tudo. Quer dizer, mesmo no exterior me sinto em casa, pois penso que estou de passagem, é provisório, não vão me tirar o solo. Então eu disse para Medina: “Eu vou para a França, mas eu quero mesmo é voltar para o Brasil”. Ele era muito realista e compreendeu, ele sabia que os exilados querem mesmo é voltar. Eu dizia, “se eu puder eu volto para o Brasil”, coisa que eu fiz, em 1968, contra opinião até da minha família.

### *Voltou e ainda ganhou a cátedra?*

[Risos] Ainda ganhei a cátedra. Mas antes eu fui para a França, para trabalhar com o Touraine, ou melhor, eu tinha uma cátedra e ele outra. Henri Lefebvre e Michel Crosier tinham outras. Era um grupo interessante, o Luciano Martins andava por lá também, assim como o Celso Furtado, que ensinava na Sorbonne. Foram grandes companheiros. Na França, escrevi a tese de cátedra, sobre *Política e desenvolvimento econômico no Brasil*, porque o Lourival Gomes Machado, professor da cátedra de Política, morreu, e o concurso para substituí-lo foi aberto.

### *Como é que o senhor fez essa passagem, de sociólogo a político?*

Foi circunstancial, na verdade, por causa da cátedra, com a morte do Lourival. Também Florestan fez concurso para a cátedra de Sociologia e ganhou. Havia outra cátedra de Sociologia, que era do Fernando Azevedo; quando este se afastou abriu-se outro concurso, mas eu estava no Chile. Em tese, se eu estivesse no Brasil teria feito esse concurso. Mas como estava fora, o Ianni fez o concurso.

### *O Ianni chegou a fazer?*

Fez junto com o Ruy Coelho e perdeu. O Ruy Coelho era assistente do Fernando Azevedo. Florestan estava um pouco magoado porque eu tinha ido embora. Ele foi lá me ver no Chile e eu estava começando a escrever sobre o tema da dependência, que na época não era muito do interesse dele.

### *O pintinho saindo da asa da galinha?*

É, mas depois ele acabou escrevendo sobre os mesmos temas que eu.

### *O senhor conheceu Foucault nessa época?*

Foucault me convidou para ir para o Collège de France. Conheci Foucault muito antes, lá no início dos anos 60. Eu, Ruth, Giannotti, jantamos na casa de um professor do Collège de France chamado Villeument e lá estava Foucault, que acabava de chegar da Suécia. Cheguei a dar carona a ele no meu carro, um Renault Gordini.

### *Voltando sobre a tese de cátedra...*

Eu já tinha feito anteriormente a pesquisa que serviu de base para a tese e que teria sido apresentada para concorrer à cadeira de Sociologia, se não fosse o exílio. Leôncio me ajudou, eu fiz pesquisa na Argentina, no Chile. O Pedro Paulo Poppovic fez o levantamento dos dados no México. Era a continuação da pesquisa sobre os empresários brasileiros, agora no âmbito maior da América Latina.

### *Luciano Martins também?*

Luciano um pouco, pois esse também era o tema dele. Pedro Paulo Poppovic foi para o México para entrevistar empresários mexicanos, que era um projeto antigo de fazer uma análise comparativa. Luciano estava fazendo o trabalho dele sobre os empresários. Talvez minha maior convivência na Europa tenha sido com o Luciano. Eu cheguei na França em 1967. Lá, nós tínhamos encontros toda semana, Celso Furtado, Luciano, eu, às vezes o Waldir Pires que era professor da Escola de Direito, creio que em Dijon, e vinha se juntar a nós. Intelectualmente eram o Celso e o Luciano os que mais conviviam comigo, Luciano especialmente. E eu estava escrevendo esse trabalho e, como a cátedra era de Ciência Política, tive que ler toda a literatura da época, somado à pesquisa sobre empresários. De uma certa forma, forçando a barra para poder ter acesso...

### *Nesse balanço da literatura o senhor não tinha muitos interlocutores lá. O senhor o fez sozinho?*

Eu fiz sozinho.

### *Sabia que ia disputar também com a Paula Beiguelman?*

Sabia, claro. Paula era a herdeira da cadeira em Ciência Política. Escrevia e mandava os capítulos para a Ruth, que veio para o Brasil com as crianças. Na França, terminei o livro, a tese, e dava aulas. Foi uma experiência muito interessante, porque eu comecei a dar aulas logo que cheguei, em outubro de 1967. No início de 1968, começou a agitação. Uma vez apareceu em Paris o Paulo de Tarso Santos...

### *Irmão do Luiz Carlos Santos?*

É, foi meu colega, vivia no Chile como nós. Ficou até muito mais tempo exilado no Chile. Lembro que quando ele apareceu na França, no almoço com o Celso Furtado, que conhecia muito a Europa desde a Segunda Guerra Mundial, o Paulo de Tarso perguntou: “O que está acontecendo aqui?”, e Celso respondeu: “Ah, nada, isso aqui é um mundo estável, aqui a racionalidade é muito alta, os sindicatos têm acesso às informações, discutem questões técnicas, basicamente produtividade, aumento de salário”. Isso em fevereiro de 1968, e nós todos concordamos. Em março, a coisa deflagra. Nessa época eu dava dois cursos, sendo um de pós-graduação, em que discutia dependência e desenvolvimento. O outro sobre teoria sociológica, que era no anfiteatro da faculdade, um curso com duzentos, trezentos alunos. Uma experiência desafiante, pensar em francês, verbalizar. Aquilo era um mundo muito estranho, os professores eram muito formais. A universidade era muito tradicional, muito hierárquica. O ministério começou a fazer algumas reformas e o professorado era contra. Eu me recordo de uma reunião de congregação em que havia muitos professores, um deles, de Geografia, que era comunista, dizia que ele tinha vergonha de seus colegas que chegaram da Polônia e viram aqueles corredores sujos, cheios de pixações. O verdadeiro ator ali era um jovem assistente do Touraine, chamava-se Manuel Castells e que hoje é grande amigo meu. Foi muito interessante ver tudo aquilo. Durante essa agitação, que durou bastante tempo, o Marcuse apareceu para uma comemoração na Unesco sobre Marx. Ele entendeu pouco do movimento francês, pelo menos foi a impressão que tive em uma conversa com jovens assistentes, à qual fui levado por Lucien Goldmann, que era meu colega e amigo. Cohn Bendit foi meu aluno, bem como outros que se tornaram famosos: Alan Garcia, ex-presidente do Peru, e Dante Caputto, que foi chanceler da Argentina. Também Jorgito Sábato, que foi ministro da Educação, filho do romancista Ernesto Sábato. E, ainda por cima, a Marta Harnecker, grande difusora do marxismo cubano que assistira a cursos meus no Chile e estava sempre em contato comigo, insistindo para que eu fosse ver Althusser.

### *Passemos agora para sua atuação como político e como presidente. A experiência da Constituinte foi importante para o senhor?*

Muito importante. A Constituinte também foi riquíssima do ponto de vista sociológico, foi um momento de ebulição. É uma pena que tivesse faltado engenharia institucional. É uma pena também que ninguém tivesse pegado o material riquíssimo das emendas populares e das inúmeras propostas apresentadas à Constituinte. Com que país se sonhava? Qual era o pesadelo, qual era o sonho, qual era a utopia, quais eram os demônios, delírios? Foi um grande momento.

### *O senhor foi para a comissão de sistematização na Constituinte?*

Não vou entrar em detalhes que seria muito longo, mas o Mário Covas foi líder na Constituinte e impôs o Bernardo Cabral como relator, enquanto Ulisses Guimarães queria o Pimenta da Veiga. Mário Covas ganhou e, então, eu fui ser, mais tarde, vice-presidente da comissão de sistematização para segurar o Bernardo Cabral, que ia para um lado e para outro. Não vou entrar em detalhes, mas foi uma enor-

me dificuldade. Ele se apoiou no Ulisses para eliminar a mim e ao Jobim, que éramos relatores adjuntos. Mesmo assim, na comissão de sistematização conseguimos fazer passar o parlamentarismo. Toda a Constituição foi escrita com espírito parlamentarista, mas o Sarney derrotou o parlamentarismo no Plenário.

*Sarney era contra o parlamentarismo ou foi por conta da sua situação?*

Não sei. Mas sei que ele derrotou o parlamentarismo. Humberto Lucena fez a emenda presidencialista. Mas o presidencialismo ficou só na cabeça de nosso sistema de governo, todo o corpo, toda a sistemática era parlamentarista. Ainda tentamos mudar na comissão de redação alguns artigos para fazer funcionar o sistema, mas ele ficou capenga como é até hoje.

*Com relação às medidas provisórias, houve certa delegação do Congresso ao poder Executivo porque se acreditava que era impossível governar...*

Que era impossível governar sem a Medida Provisória. Essa era a posição, por exemplo, do Ulisses Guimarães. Há um outro dispositivo na Constituição, a Lei Delegada, que nunca se usou. O Congresso pode delegar ao presidente, mas isso nunca foi usado. É interessante observar que o Congresso não tem como entrar no detalhe de certas matérias, porque os interesses são muito contraditórios. Então, o Congresso poderia delegar ao presidente, dentro de parâmetros, fazer a legislação e, depois, aprová-la globalmente. Mas esse dispositivo da Constituição “não pegou”.

*Mas, no fim, a lei delegada, em prática, entrou na Medida Provisória?*

Mas as medidas provisórias obedecem a um outro mecanismo. O problema é a contradição básica entre o mundo moderno, que requer respostas rápidas, e o Congresso, que, por definição, é lento. As demandas da sociedade são rápidas, também exigem rapidez das informações e decisões. O Congresso tem interesses diferentes. O tempo da democracia legislativa não é o tempo do Executivo.

*Como se compatibiliza isso?*

Essa é a grande questão. A Medida Provisória é um esparadrapo para tentar resolver essa questão, mas ela aparece como espúria. O Congresso tem que votar sim ou não antes de julgar o mérito de cada MP para aceitá-la preliminarmente. E não vota. Por que não se modifica o regimento que foi feito pelo Jobim, que dá um prazo inviável para o Congresso aceitar ou não a MP? São só cinco dias para dizer se a matéria é urgente etc. O Congresso não decide sobre o cabimento das Medidas Provisórias porque tem que formar uma comissão de deputados e senadores e resolver tudo em cinco dias. Não consegue e não se vota a preliminar da admissibilidade de cada Medida Provisória. Terminam indo diretamente ao Plenário, sem parecer sobre seu cabimento, por decurso de prazo.

*Eles não ficam com o ônus.*

Isto tem que ser analisado sob o espírito oposicionista ou bacharelesco. O oposicionista diz: “Eu sou contra tudo. Como não estou no governo, quero atrapalhar,

voto contra as Medidas Provisórias”. O Partido dos Trabalhadores age assim. A Organização dos Advogados do Brasil, os Tribunais dizem: “Isto é uma invasão de competências, uma violência jurídica”. Ora, o mundo moderno exige mudanças rápidas das regras jurídicas. Só que como ninguém tem capacidade política e intelectual de dizer as coisas, a Medida Provisória passa a ser amaldiçoada. Parece que há uma intervenção indébita do Executivo no Legislativo, mas não é. Passa a ser intervenção indébita porque não se vota a admissibilidade, toda e qualquer MP termina por tramitar, tenha ou não urgência.

*A maior questão dos primeiros anos não é a edição, mas a reedição?*

Mas há reedição pelo fato de o Congresso não votar já que os procedimentos regulamentares impõem tempo muito apertado. Eu sou favorável a uma nova regulamentação.

*Essa é uma questão que talvez no final do seu governo poderia ser encaminhada.*

Vamos fazer isso já. Eu sou favorável à regulamentação. Agora, não sou favorável a “manietar” o Executivo, impedindo o governo de funcionar. A visão de que tudo que for matéria tributária não pode ser objeto de Medida Provisória está errada. O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), por exemplo, sem Medida Provisória não sairia nunca. Com a Medida Provisória eu assumo a responsabilidade, faço, fica valendo. Quando os parlamentares foram votar, no caso do REFIS, reorganizaram-se e votaram a favor. É fundamental ter algum instrumento desse tipo.

*Voltando à Constituinte...*

O fato é que fizemos um conjunto de regras parlamentaristas, de funcionamento complicado em um sistema presidencialista. No substantivo, havia duas tendências fortes, uma defasada e a outra, negativa. A defasada é o nacional-estatismo. Lembrem-se que fizemos a Constituição pouco antes da queda do muro de Berlim. Então nós criamos monopólios, como o da telefonia. Nós transformamos este setor em monopólio na Constituinte.

*Não era?*

Não, havia empresas privadas. Lembro de uma discussão na casa do Richa.

*A inflação também maquiava?*

Maquiava. Por exemplo, tomamos a decisão sobre o regime jurídico único para o funcionalismo, transformando todos os celetistas que não contribuíram para a Previdência em funcionários. E todo ano crescem as pensões e aposentadorias garantidas pelo Tesouro.

*Pensões e aposentadorias integrais?*

Integrais e sem financiamento para isso. Por outro lado, a distribuição tributária feita na Constituinte esvaziou o dinheiro da União, passando recursos fiscais para os estados e municípios. A tendência é correta, a proporção é que é discutível, até

porque os municípios ficaram pendurados no fundo de participação da União e não houve incentivo para que eles tributassem, nem assumiram responsabilidades que estavam nas mãos do governo federal. O prefeito não tributa e “come” nas mãos da União.

### *Tem representação sem taxação?*

Sem taxação, nada melhor. Nessa matéria nós erramos muito. Nós imaginávamos que com o crescimento da economia, a Previdência, por exemplo, não teria problemas. Até hoje algumas pessoas acham isso, o Pimenta da Veiga, que é meu amigo, disse isso ontem. Mas, está errado, não há crescimento da economia que cubra o buraco do INSS. A questão veio do passado, a tensão em relação ao passado é muito grande. A questão é que ninguém deveria poder aposentar-se aos quarenta, cinquenta anos. A demografia mudou: vive-se mais tempo e não há quem financie a velhice sem alguém ter contribuído.

São problemas objetivos que ficaram engessados. E há uma falta de compreensão do que era o Estado nacional e de seu papel no mundo de hoje, de sua relação com o mercado. É isso que nós estamos corrigindo com as emendas apresentadas em meu governo.

Outro problema da Constituição é seu forte caráter corporativista. Veja a quantidade de regras sobre juizes e magistrados. É enorme. Tudo está na Constituição: a porcentagem de salário que corresponde a cada categoria de magistrados, as prerrogativas e vantagens, foi tudo constitucionalizado. E não só dos juizes, também os delegados de polícia, os procuradores etc. A Constituição é boa na parte cidadã, pois garantiu direitos. Os direitos sociais têm que ser garantidos mesmo. Ela criou o Ministério Público. Com todos os desatinos que ele possa praticar, é um passo adiante, porque é um controle da sociedade sobre o Estado. Alguns procuradores podem exagerar, mas não sou favorável à diminuição dos poderes do Ministério Público. Sou favorável a que haja um pouco mais de ordem no Ministério Público, pois alguns procuradores pensam que detêm todos os poderes da instituição. Não há hierarquia, os abusos são grandes também.

### *A lei da mordaza?*

Eu sou favorável à lei da mordaza. Ela diz que quando um processo está em sigilo, o magistrado ou o procurador não pode deixar de manter o sigilo. Como se pode ser favorável a uma situação em que o próprio agente público encarregado do sigilo passa informação à imprensa? Eles partem do pressuposto que o regime ainda é autoritário, que é necessário apelar para a imprensa, senão o governo vai “abafar”. Hoje, mesmo que o governo queira, não consegue abafar porque o regime é democrático. Não é preciso esse exibicionismo permanente pela mídia.

Em suma, acho que a Constituição avançou muito, embora tenha dois eixos ruins: o nacional-estatismo que ela reforçou, e o corporativismo. A Constituinte foi feita num clima muito difícil, de um presidente da República que não tinha condições políticas para conduzi-la e nós todos ainda vivíamos sob o impacto do antimilitarismo.

### ***Contra o centrão que era liberal?***

O centrão era liberal na economia, mas também era autoritário e patrimonialista na política.

### ***Os efeitos da Constituição são duráveis?***

O *impeachment* demonstra que a democracia veio para ficar. Eu disse, na época, que “o *impeachment* é como uma bomba atômica para dissuadir, não é para ser usado”, porque tinha medo das conseqüências. Foi utilizado, e nada de grave sucedeu.

### ***Aliás, essa frase sempre foi usada contra o senhor, não é?***

Usam cretinamente porque realmente esse era meu temor, temia a fragilidade da democracia recém-implantada. Eu votei pelo *impeachment*, mas custei a aceitar que se abrisse o processo.

Eu só aceitei e fiz o discurso a favor quando li a entrevista do irmão do presidente Collor na revista *Veja*. Aí ficou claro que não era possível segurar o presidente, nem mesmo em nome da preservação das instituições.

### ***Ele extrapolou?***

Extrapolou. Seja qual for o preço, o presidente vai ter que pagar. E passei a apoiar o *impeachment*. Eu tive dificuldades de aceitar a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque eu sei que a CPI é política. Ninguém faz CPI a favor, elas são contra o governo.

### ***Mas acho muito importante.***

É básico, mas nem sempre o governo acha. Por exemplo, este ano eu padeci muito com a CPI do Judiciário e a do Sistema Financeiro, mais com a do Sistema Financeiro. Eu tinha força para impedi-las, mas não impedi.

### ***O senhor impediu, antes, a CPI dos Bancos.***

Eu impedi a CPI dos Bancos lá atrás, porque, na ocasião, arrebentaria o sistema financeiro.

### ***E o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional?***

Ali arrebentaria o sistema financeiro. O Proer foi uma medida correta. Eu assinei uma Medida Provisória, desapropriando, na prática, minhas próprias netas que não seriam alcançadas pela regra vigente antes do Proer. Como sabem, minha nora era uma das acionistas do Banco Nacional. Eu mudei a regra para deixar bem claro que o Proer não era para proteger ninguém, era para proteger o sistema e os depositantes e assim foi. O Proer salvou o sistema financeiro brasileiro. Como se fazia no passado em uma situação dessas? Obrigava-se um banco a comprar o outro, não se dizia nada publicamente e o Banco Central punha o dinheiro. Isso quase sempre foi assim.

*Esse problema do Banco Nacional vem de 1985, 1986. Ninguém no Banco Central sabia?*

Ninguém sabia no Banco Central, embora o problema fosse antigo. Se soubesse, poderia ter resolvido o problema facilmente, mas isso na época da inflação. Os donos do banco fizeram besteiras, mas não roubaram. Pessoalmente não se locupletaram, nem roubaram de alguém, eles simplesmente “esconderam” o prejuízo do banco, para tapar buraco, e pagavam impostos por lucros inexistentes.

*Como o Bamerindus também, de certa forma.*

Também. Lá foi um pouco diferente, mas não houve roubo também.

*Foi erro empresarial.*

Isso, erro empresarial. No passado, também no Banco Nacional foi erro empresarial. Depois eles tentaram cobrir o erro.

*Já o Banco Noroeste teve desvio?*

Também no Banco Econômico houve situações mais complicadas. Na época do Proer não se sabia disso, mas o fato é que o Proer foi um instrumento muito importante. Permitiu o Brasil avançar. Até hoje o Sistema Financeiro é sólido, e continuamos apertando os controles. Ao contrário do que a oposição dizia, vários bancos se arrebentaram, outros ganharam, ficaram sólidos. Eu não permiti aquela CPI do Proer (houve uma, mais tarde) porque ela iria arrebentar o Brasil. Já mais tarde, com a CPI do sistema financeiro, parecia que o Banco Central agira mal. Mas o BC não fez nenhuma irregularidade, a diretoria era íntegra, Chico Lopes não protegeu o Banco Marka. Eu nem sabia da existência do Banco Marka, nunca tinha ouvido falar nele. Foi uma operação de salvamento “normal” em uma situação de anormalidade. O Congresso apresentou ao país os diretores do Banco Central como se fossem bandidos. Alguns senadores não têm noção do funcionamento do sistema financeiro. Eu paguei um alto preço político, mas achei que não dava para impedir a CPI, pois dessa forma iriam pensar que houve sujeira mesmo. O que houve foi uma desorganização da economia em 1998 e 1999, com a crise externa. A desvalorização do Real foi grande, sobretudo até março. Quando eu fui aos Estados Unidos em abril de 1999, fui recebido pelos gringos como um vencedor pela segunda vez. Fiz uma conferência para umas quinhentas pessoas e a imagem era essa: “Ele venceu outra vez”. Nós tínhamos vencido a crise da especulação, da desvalorização e a inflação não explodiu. Stanley Fischer, uma pessoa que respeito, que me ajudou no Plano Real e que foi professor do André Lara Resende, me escreveu uma carta no fim de março de 1999 em que perguntava: “Os números que eu estou recebendo são verdadeiros?”. Eram! “Então não vai haver inflação?” Depois de algum tempo, ele me telefonou e disse: “*Just one word: congratulations*”. Nós tínhamos vencido na economia, só que na política a tragédia começara em março: os congressistas votaram tudo o que precisávamos de janeiro até março, para superar a crise. Depois começou a questão da popularidade, porque o povo começou a sentir os efeitos, achando que eu o estava traindo, achando que era outro Plano Collor. Aí os políticos ficaram inquietos e começaram a dificultar as deman-

das do governo. Foi uma época difícil, de abril a setembro. Mudei o governo em julho, já havia mudado a política econômica em janeiro. A primeira montagem do governo feita em dezembro foi para aprovar as medidas de ajuste de que o país precisava. Depois eu mudei bastante o governo em julho, mas nada disso foi registrado. Não se registrou que a política de câmbio era outra e a política de juros também, nem que havia uma nova equipe governamental de outro tipo de equipe, mais operacional. Só depois de setembro isso começou a ficar mais visível. Só que em setembro e outubro nós tivemos a questão do aumento das tarifas que pesou de novo. Daí por diante as coisas melhoraram. A evolução da popularidade do governo é função dessas coisas.

### *Mas precisava ter a mudança do ministério em julho, presidente?*

Talvez não precisasse ser em julho, mas é preciso recordar as injunções. O que complica o governo é o estômago do povo e a moral da classe média, a questão da corrupção. Estes são fatores desencadeantes de descontentamento e eu sofri os dois por causa das privatizações. O episódio das fitas teve efeito diabólico sobre a classe média, “tem patifaria aí”. Aquilo foi terrível. Dava ao povo a impressão de que “estavam metendo a mão”. A infâmia e a intriga jogam um grande papel na política. A *Folha de S. Paulo* fez comigo o que nem com o Collor fez. Ela publicou catorze páginas sobre o grampo telefônico do BNDES, o que dava a impressão de que havia realmente um caso para *impeachment*.

### *Há aí uma situação dialética, porque se houvesse corrupção, ela apareceria na gravação, então isso que supostamente condenava, também absolvía.*

Claro, apareceria. Mas o que a *Folha* fez não foi para discutir o caso, mas para me condenar de antemão com a tese do *impeachment*. “O presidente está manipulando interesses privados, ouça o presidente”, diziam, sem esclarecer que o objetivo era aumentar o número de concorrentes em um leilão para aumentar o valor do patrimônio e beneficiar o Tesouro.

### *Só que não prosperou?*

Não prosperou. A única vez que eu telefonei para o Otavinho Frias para reclamar foi com o caso do dossiê Caiman que se arrastou por quase dois anos. Foi terrível. Porque não tinha base alguma, era uma chantagem. Enfim, essas coisas são as que põem em risco um governo, mesmo honrado. Por isso eu digo que é necessário dar atenção imensa à mídia, porque não se faz política sem ela. E de forma rápida para evitar um curto-circuito. Vocês se lembram o que aconteceu naquele momento? Vieram o Partido Democrático Trabalhista e o Partido Comunista do Brasil com o “fora FHC”. O PT quase embarca nisso.

### *Mas recuou.*

Quase embarca nisso, tentando fazer uma manifestação de massa, mas era golpismo mesmo. Porque não houve uma razão, como no caso Collor. Quantas vezes a Câmara teve que recusar o pedido de *impeachment* contra mim em 1999?

Várias. Recusaram, mas tem cabimento? Vejam a pouca seriedade democrática. Eu levei um tempo longo para me convencer de que o Collor tinha que ser o objeto do CPI para chegar ao *impeachment*, porque sei o que significa o *impeachment*, imagina se houvesse outro *impeachment* no Brasil. Seriam dez anos de atraso. Dez anos de atraso! O pessoal não pensa nisso. Se eu, que tenho reconhecimento internacional, que não roubo, fosse sofrer processo de *impeachment*, ainda que sem esse resultado, quem não iria? Quem iria acreditar, daí para frente, na democracia brasileira? Embora exista entre nós forte compromisso com a liberdade, não existe ainda a crença generalizada nas instituições democráticas.

*Essa é uma questão cultural...*

Cultural, sim. Não é na lei, mas existem fortes resquícios autoritários na direita e também na esquerda. O Brizola, por exemplo, apoiou todos os presidentes, Figueiredo, Collor. Todos. Está contra mim e quer que eu caia. O que é isso? Que ele queira que eu perca as eleições, está bem. Mas que eu caia?

*Mas o PT não embarcou nessa...*

Mas o PT, a gente sabe, não é homogêneo. O Lula não é assim e nem a turma dele, mas a diferença foi de apenas um voto na direção nacional para recusar o “fora FHC”.

*Presidente, o que pode ser feito para corrigir esse sentimento ainda não completamente democrático em relação às instituições?*

Eu acho que só o tempo. O que me preocupa é o problema das expectativas, a sensação de que nada acontece, que não se resolve, que a Justiça não funciona, que é lenta, que a impunidade é grande, que o governo só cuida dos ricos. A reiteração disso na televisão o dia inteiro leva a duvidar da eficácia dos mecanismos democráticos. É claro que existe impunidade, mas a reiteração disso aumenta a ilegitimidade do poder democrático. Há também um lado curioso na mídia: além de ter o papel positivo e crucial que eu já mencionei, ela funciona na regra da competição, para ver quem dá mais “furos” e quem vende mais. E aí o neoliberalismo, a pura regra do mercado, impera. Vale quase tudo para chamar a atenção e vender mais.

*Voltando à questão da cultura democrática...*

A desvalorização permanente do Congresso é muito ruim. Eu até elogio o Congresso mais do que o que eu mesmo penso, por motivos institucionais, porque se o presidente começa a desvalorizar o Congresso, a mídia aplaude, o povo também e o que acontece? É até mais fácil ganhar popularidade desse jeito, mas se destrói a democracia. De outro lado, surgem os comentários de que os deputados votaram porque o governo abriu as torneiras. De fato, o que aconteceu recentemente? Como o governo segurou o orçamento o tempo todo, em dezembro, quando as contas estavam seguras e a área econômica indicou que havia superávit, foi possível mandar pagar as emendas de todos, oposição e governo. Ninguém discute a questão verdadeira, se essas emendas são certas ou são erradas? Será melhor impedir que

o deputado atenda uma demanda de sua cidade? Será melhor a visão tecnocrática da área econômica? Ou existem demandas dos parlamentares que podem ser atendidas com legitimidade? Nossa cultura democrática tem deslegitimado a representação de interesses que o deputado representa. Todo interesse passa a ser espúrio e o governo passa a ser um governo que compra o voto. Veja o caso da alegada compra de votos para aprovar a emenda da reeleição. Todo mundo esqueceu que todos os editoriais eram favoráveis à reeleição, toda a pesquisa de opinião pública era a favor. Esqueceram que a tese da reeleição ganhou por larga margem, na Câmara e no Senado. Comprar voto para quê, se iríamos ganhar de qualquer maneira? Fora a indignidade inaceitável que seria aceitar essa prática. Não obstante, politicamente foi espalhada e dada como certa a idéia de que houve compra de voto na reeleição. A mídia repetiu isso e a oposição também. Esqueceram que o Maluf tinha comprado voto contra a reeleição. Eu e o Sérgio Motta fomos tidos como compradores de voto. É mentira, não houve compra de voto algum pelo governo ou por meu partido. O que houve foi uma negociação política na busca de apoio, mas sem pagar nada.

Os deputados ficam inquietos quando suas emendas não são atendidas porque as populações cobram e o governo só atende quando vê que dispõe de recursos para isso. No momento em que o governo atende, a imprensa diz: “Pagaram”. Fazem ligação de causalidade onde ela não existe. O que não quer dizer que não haja também chantagem feita por partidos e deputados. Tudo isso é verdade, mas a reiteração fora de contexto desses fatos, ou a pura mentira, como no caso da reeleição, leva pouco a pouco à desmoralização da democracia.

## PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

- 1960 *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional* (com Octavio Ianni). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1961 *Homem e sociedade: leituras básicas de Sociologia Geral* (org., com Octavio Ianni). São Paulo: Companhia Editora Nacional (13ª ed.: 1983).
- 1962 *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel (5ª ed.: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004).
- 1964 *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel (2ª ed.: 1972).
- 1968 *Cuestiones de sociología del desarrollo en América Latina*. Santiago do Chile: Universitaria.
- 1969 *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difel.
- 1969 *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica* (com Enzo Faletto). México: Siglo XXI (1ª ed. brasileira: *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970; 8ª ed.: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004).

- 1970 *América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política*. Santiago do Chile: Universitaria.
- 1971 *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar (ed. francesa: *Politique et développement dans les sociétés dépendantes*, Paris, Anthropos, 1971).
- 1972 *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difel.
- 1975 *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1975 *Os partidos e as eleições no Brasil* (org.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Cebrap.
- 1976 *São Paulo 1975: crescimento e pobreza (et al.)*. São Paulo: Loyola.
- 1977 *Amazônia: expansão do capitalismo* (com Geraldo Müller). São Paulo: Brasiliense (2ª ed.: 1978).
- 1978 *Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas*. Org. José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1979 *Política e sociedade* (org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional (2ª ed.: 1983).
- 1980 *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Cebrap.
- 1982 *O novo socialismo francês e a América Latina* (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1983 *Perspectivas — Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política*. Org. Eduardo P. Graeff. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1985 *Economia e movimentos sociais na América Latina* (org.). São Paulo: Brasiliense.
- 1985 *A democracia necessária*. Campinas: Papirus.
- 1993 *A construção da democracia: estudos sobre política*. São Paulo: Siciliano.
- 1993 *The New Global Economy in the Information Age: Reflections on Our Changing World* (com Martin Carnoy, Manuel Castells e Stephen S. Cohen). University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- 1998 *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- 1998 *O mundo em português: um diálogo* (com Mário Soares). São Paulo: Paz e Terra.
- 2000 *Globalização e governo progressista: novos caminhos*. Org. Lúcio Alcântara et al.; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Instituto Teotônio Vilela/Quick Print.
- 2001 *Charting a New Course: The Politics of Globalization and Social Transformation*. Maryland: Rowman e Littlefield.
- 2006 *The Accidental President of Brazil: A Memoir* (com Brian Winter). Prefácio de Bill Clinton. Nova York: PublicAffairs.
- 2006 *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.